

AUT: RODRIGUES, VANILDO CLAUDINO
TIT: ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO
O DE FLORIANÓPOLIS-SC PARA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO DE FLORIANÓPOLIS - SC
PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA

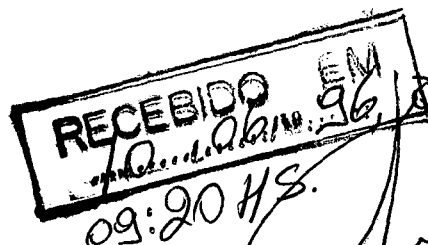
Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na Disciplina CNM 5420 - Monografia.

Por: **Vanildo Claudino Rodrigues**

Orientador: Prof. **Gilberto Montibeller**

Handwritten signature: G. Montibeller

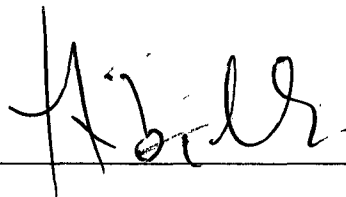
Florianópolis, junho de 1996.



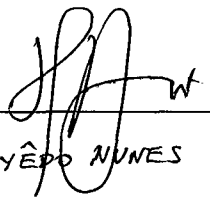
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 (ou 7,0) ao aluno **Vanildo Claudino Rodrigues** na Disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

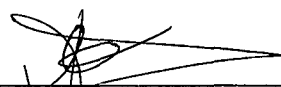


Prof. Gilberto Montibeller - Presidente



Prof. HOYÊDO NUNES LINS

Membro



Prof. Gilberto Molvezzi Aued

Membro

Dedico este trabalho, especialmente, para Reni Machado, meu sogro e companheiro que, nos momentos mais angustiantes e difíceis de minha caminhada soube, com prudência e sabedoria, orientar-me em busca dos objetivos traçados.

In memoriam de Claudino Turíbio Rodrigues, meu pai que, um dia, me viu ingressar nesta universidade e, por força de Deus, não pode me assistir, triunfante, dela sair.

AGRADECIMENTOS:

A Deus que me deu coragem, pertinácia e força de vontade para levar o curso até seu final triunfal.

A minha mãe pelos primeiros ensinamentos de minha vida.

A minha esposa e meus filhos que, na minha ausência, souberam conduzir com muita prudência e sabedoria os desígnios de nosso lar.

Ao Professor Gilberto Montibeller, pela dedicação e auxílio na elaboração desta Monografia.

A todos os meus amigos que, de alguma forma, tornaram possível a realização deste trabalho.

A todos os professores do Departamento de Economia desta Universidade que me subsidiaram na concretização de um desejo que, um dia, espero poder empregar em prol do desenvolvimento de meu País.

Possas tu, isolado na terra,
Sem arrimo e sem pátria vagando,
Rejeitado na morte na guerra,
Rejeitado dos homens na paz,
Ser das gentes o espectro execrado;
Não encontres amor nas mulheres,
Teus amigos, se amigos tiveres,
Tenham alma inconstante e falaz!

(Gonçalves Dias - I Juca Pirama)

RESUMO

Muito se tem comentado sobre a questão do desemprego e o bem estar social, abordando o aumento da renda e do consumo de bens e serviços da sociedade como um todo.

Contudo, existe um estrato da sociedade que está fora desse bem estar social; pessoas que não conseguem uma colocação sócio-econômica condizente com o esperado. Essa minoria é composta por vários tipos comuns como negros, mulheres, crianças e entre eles os portadores de deficiências, mais especificamente, no caso desta monografia, o deficiente físico.

De nada adianta tentativas isoladas do governo para resolver esse problema social. É preciso uma mudança de consciência da sociedade no que se refere à mudança do atual paradigma.

Em Florianópolis, não muito diferente do resto do Brasil, esse modo de encarar o problema dos portadores de deficiência é precário. Basta andar pelas ruas do centro da cidade para se ter a constatação empírica do mais baixo grau de dignidade que a exclusão social pode causar num ser humano.

Na tentativa de vislumbrar as possibilidades de ascensão sócio-econômica e a quantificação dos números referentes à oferta e demanda de mão-de-obra para pessoas portadoras de deficiência, esta monografia inicia-se com um levantamento dos tipos e das características dos portadores de deficiência física encontrados mais comumente. Em seguida, procura-se levantar as características sócio-econômicas dos referidos. Por último, traça-se, com base em estatísticas levantadas e elaboradas no corpo deste trabalho, algumas perspectivas sócio-econômicas para os portadores de deficiência, juntamente e com a elaboração das curvas de oferta e demanda de mão-de-obra de portadores de deficiência para a cidade de Florianópolis.

Desta forma, tenta-se concluir qual o cenário em que se encontram os portadores de deficiência e como torná-lo co-participante do crescimento e desenvolvimento da sociedade.

Ao longo do trabalho, constata-se deficiências na teoria econômica, pois torna-se flagrante a falta de tratamento científico em relação ao papel do deficiente físico na sociedade enquanto elemento que pode ser produtivo.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	VIII
LISTA DE ANEXOS	IX
CAPÍTULO 1	
1. O Problema	01
1.1. Introdução	02
1.2. Objetivos	04
1.3. Metodologia	04
CAPÍTULO 2	
2. O Deficiente	06
2.1. O deficiente: evolução da perspectiva social	07
CAPÍTULO 3	
3. O Mercado de Trabalho	13
3.1. O deficiente e o mercado de trabalho	14
CAPITULO 4	
4.1. Conclusão	34
4.2. Recomendações	35
BIBLIOGRAFIA	36
FICHA DE AVALIAÇÃO	37

LISTA DE FIGURAS

Quadro 01	Categorias de Problemas Ortopédicos	10
Gráfico 01	Órgãos que apresentam deficiência	15
Gráfico 02	Característica da deficiência	16
Gráfico 03	Grau de instrução	18
Gráfico 04	Instrução recebida	18
Gráfico 05	Faixa de renda	20
Gráfico 06	Condições de trabalho dos deficientes	21
Gráfico 07	Instrumentos/instalações do local de trabalho	22
Gráfico 08	Programa de treinamento para deficientes	24
Gráfico 09	Dificuldades de deslocamento	25
Gráfico 10	Setores em que trabalham os deficientes	26
Gráfico 11	Funções desempenhadas	28
Tabela 1	Demanda de mão-de-obra	30
Tabela 2	Oferta de mão-de-obra	31
Tabela 3	Comparação entre oferta x demanda	32
Gráfico 12	Curva de oferta e demanda de mão-de-obra	32

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	Relatório de atividades da Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos	X
Anexo 2	Estatuto da Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos	XI
Anexo 3	Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, ano LXII, nº 15.232, páginas 1 e 2	XII

CAPÍTULO 1 - O PROBLEMA

1.1. Introdução

Ser portador de deficiência física, implica, na maioria das vezes, em ter problemas de adaptação ao meio ambiente, seja no lar, no lazer ou mesmo no trabalho. João Cintra Ribas(1985) diferencia os tipos de deficiências:

“A rigor, existem três tipos de deficiência, sendo que um deles divide-se em dois. Existem as deficiências físicas (de origem motora: amputações, malformações ou seqüelas de vários tipos etc.), as deficiências sensoriais, que se dividem em deficiências auditivas (surdez total ou parcial) e visuais (cegueira também total ou parcial), e as deficiências mentais (de vários graus, de origem pré, peri ou pós-natal)” (ibidem, p.26).

As limitações impostas por certos tipos de deficiências podem influir em acentuado grau à escolha ou não de determinada pessoa candidata a uma atividade remunerada qualquer. Até a própria palavra “*deficiência*” atrapalha o portador desse problema. Ribas (1985) ilustra:

“De certo modo ela se opõe à palavra “eficiente”. Ser “deficiente”, antes de tudo, é não ser “eficaz””(ibidem, p.12).

Verifica-se, atualmente, uma tendência das organizações em exigir, cada vez mais, qualificações para preenchimento de seu quadro funcional. Dentre elas, exames de saúde pois, empregados deficientes, geralmente, implicam em perdas, como por exemplo: faltas constantes por visitas ao médico e/ou para sessões de fisioterapia ou mesmo a necessidade de treinamento especial.

Por outro lado, muitas vezes a própria família torna-se o principal obstáculo, pois não incentiva ou não permite que o portador de deficiência lute por um emprego.

Tudo tem início na expectativa comum às famílias que esperam um novo indivíduo no seu meio pelo advento de uma gravidez. Segundo Maria Nanci Lima Vieira (1984), a família, mais especificamente os pais, costumeiramente envolvem-se neste clima de expectativa, arquitetando projetos para o futuro membro do grupo que está chegando. Desde seus aspectos físicos, que demonstra a preferência da família com relação ao sexo esperado, ao conceito de beleza (com quem deverá se parecer a criança)

e, inclusive, seus aspectos psicológicos, semelhança de caráter e gostos, tudo é "planejado", ou seja, em todas estas nuances o grupo familiar pensa, comenta, espera.

Dessa forma, o impacto do nascimento de um portador de deficiência, para o grupo familiar é, sobremaneira, significativo.

Assim, o portador de deficiência física passa a ser visto, na maioria das vezes, como um "estorvo" para a sociedade, enfrentando além da própria deficiência, as barreiras criadas por pessoas que o cercam. Essa situação diminui as chances de emprego para uma pessoa com problemas físicos.

Algumas dúvidas reforçaram a escolha deste tema:

- Quais são as condições de trabalho as quais são submetidos os deficientes físicos de Florianópolis?
- A atual legislação, concernente aos direitos das pessoas portadoras de deficiências, está sendo cumprida?
- A referida legislação maximiza o bem estar do deficiente físico de Florianópolis?
- Qual é o perfil sócio-econômico do deficiente físico de Florianópolis?
- Existe(m) forma(s) de minimizar a desvantagem competitiva do deficiente físico na hora de concorrer a uma vaga na empresa?
- O deficiente físico pode apresentar desempenho suficiente, justificando investimentos neste tipo de força de trabalho?
- Qual a disponibilidade e como tem evoluído o balanço entre oferta e demanda de empregos para o portador de deficiência em Florianópolis?

1.2. Metodologia

Optou-se, neste trabalho, por analisar o segmento de portadores de deficiências motoras. Deficientes mentais, auditivos, visuais não fazem parte do universo pesquisado.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

O presente trabalho objetiva conhecer o mercado de trabalho de Florianópolis destinado às pessoas portadoras de deficiência física e fazer um levantamento das atividades laborais que podem e devem ser desenvolvidas por esses profissionais e, ao mesmo tempo, sugerir medidas práticas de incentivo ao emprego para portadores de deficiência física, baseadas nos resultados obtidos na pesquisa.

1.2.2. Objetivos Específicos

- Verificar as condições básicas de trabalho e demonstrar as dificuldades que as pessoas portadoras de deficiência enfrentam para atingir seus objetivos laborais;
- Analisar as perspectivas de trabalho para portadores de deficiência, isto é, quais os tipos de empregos que estão ao alcance dos mesmos;
- Determinar a evolução da oferta e da demanda de empregos para pessoas portadoras de deficiência física.

1.3. Metodologia

Optou-se, neste trabalho, por analisar o segmento de portadores de deficiências motoras. Deficientes mentais, auditivos, visuais não fazem parte do universo pesquisado.

Para a verificação das condições e perspectivas de trabalho do deficiente físico, optou-se pela aplicação de questionários com questões fechadas e abertas que objetivam coletar dados sobre: questão salarial, adaptações físicas do local de trabalho

para o deficiente, satisfação do empregado, juntamente com dados sócio-econômicos e as condições de locomoção. A referida pesquisa foi aplicada diretamente às pessoas portadoras de deficiência física.

As curvas de oferta e de demanda foram determinadas através de consulta a anuários estatísticos ou através de cálculo por amostragem, juntamente com estudo teórico do mercado de trabalho e suas determinantes de aumento ou diminuição de vagas pessoas portadoras de deficiência física.

Posteriormente, com a tabulação dos questionários (e as curvas de oferta e de demanda), buscar-se-á encontrar explicações sobre o melhor encaminhamento que se pode dar, levando-se em conta aspectos sobre a consciência social, criação de leis, qualificações específicas mais apropriadas para as pessoas portadoras de deficiência física, entre outros pareceres.

CAPITULO 2 - O DEFICIENTE

2.1. O deficiente físico: Evolução da perspectiva social.

2.1.1. Uma breve visão histórica sobre o tratamento social do portador de deficiência física.

Através dos tempos o excepcional, ou comumente chamado de “deficiente”, vem sendo considerado de diferentes maneiras, sempre correlacionadas com valores sociais, morais, filosóficos, éticos, religiosos e até econômicos, isto é, relacionados ao modo pelo qual o homem é visto e considerado nas várias culturas.

Quando se analisa, através da história, a conduta da sociedade para com os indivíduos deficientes ou especiais, verifica-se que ocorreu uma evolução com respeito ao seu atendimento, educação e tratamento. Pode-se dizer que esta evolução está relacionada diretamente à evolução das ciências e ao sistema de valores de cada sociedade.

A psicóloga Maria Lúcia T. M. Amiralian (1986) classifica as concepções que procuram explicar o comportamento dos indivíduos excepcionais em pré-científicos e científicos.

A autora relaciona os tratados pré-científicos à falta de conhecimento do homem em relação às causas das disfunções no funcionamento da mente ou do corpo de alguns indivíduos. Comumente as pessoas mais esclarecidas daquela época (a autora coloca como sendo da antigüidade até o final da idade média), atribuíam estas disfunções à entidades espirituais maléficas, assim ilustra Amiralian (1986) p. 1:

“A trepanação (abertura de orifício no crânio), praticada pelos homens da antigüidade, principalmente pelos egípcios, sugere a crença em uma concepção demonológica da doença e, mais especificamente, da doença mental.

Historicamente esta cirurgia era realizada para permitir que, “os espíritos malignos saíssem do corpo”. Quanto a, especificamente, os aleijados, a autora coloca que a força e a beleza física, pelos gregos valorizada ao extremo, impedia a aceitação de qualquer mutilação do corpo. E historicamente esta sociedade (grega) sacrificava os aleijados, pois se necessitava de homens fortes e sadios para lutarem na guerra.

qualquer mutilação do corpo. E historicamente esta sociedade (grega) sacrificava os aleijados, pois se necessitava de homens fortes e sadios para lutarem na guerra.

Avançando no tempo, no fim da idade média, influenciado por organizações cristãs, surgiram os atendimentos assistenciais. Estas organizações tratavam de abrigar os desprotegidos, infelizes e doentes de toda espécie.

De acordo com Amiralian (1986), mesmo assim, pouca consideração se tinha para com os indivíduos que, por qualquer razão, escapavam dos padrões comuns da sociedade dita “normal”. Essas pessoas eram sempre tratadas como marginais em relação à sociedade.

A autora coloca que, com o Renascimento, e a ênfase no conhecimento científico, surgem a preocupação com o “indivíduo” e a busca de soluções científicas para os seus problemas.

Entretanto, cabe ressaltar que, mesmo atualmente, há entidades que mantêm ainda o excepcional apenas de uma forma assistencial, isto é, são instituições que cuidam somente de suas necessidades físicas, sem propor condições para o seu desenvolvimento social, emocional e econômico, enfim, torná-lo um cidadão.

Porém, a excepcionalidade deixou de ser considerada uma “doença” e passou, segundo a autora, a ser considerada uma “condição”, ou seja, uma condição na qual determinados indivíduos se encontram e para a qual são necessárias medidas educacionais, sociais, psicológicas e médicas específicas, que venham a favorecer seu desenvolvimento e a ajudá-los a conseguir um ajustamento satisfatório na sociedade.

2.1.2. Caracterização do deficiente estudado nesta monografia

Os indivíduos abordados neste estudo portam deficiências ortopédicas, isto é, apresentam algum grau de dificuldade, em prejuízo da movimentação física.

Amiralian (1986) caracteriza este tipo de deficiência de três formas:

“1. - Uma deficiência neuromuscular resultante de lesão no sistema nervoso central;

2. - Prejuízos no sistema nervoso periférico (nervos e músculos fora do sistema nervoso central);

3. - Lesões resultantes de um trauma ou doença que destrói nervos, músculos ou ossos.”
(ibidem, p. 26).

A autora esclarece que a expressão **“ortopedicamente deficientes”** designa uma condição tão ampla que é difícil estabelecer características comuns ao grupo, sejam psicológicas, educacionais ou sociais.

Esta categoria, muito heterogênea, só apresenta em comum o fato de as pessoas possuírem problemas físicos que prejudicam sua locomoção.

Assim sendo, os defeitos físicos manifestam-se de diversas formas e advém de diversos fatores, tais como ilustra Amiraliam (1986): **“anomalias congênitas, infecções, distúrbios metabólicos, traumatismos e causas diversas ou desconhecidas”**. (idem, p. 26). Desta forma, ressalta-se que em relação ao grupo, são as modificações que vêm ocorrendo na incidência dos diferentes subgrupos, devido ao progresso da ciência médica.

Para melhor entendimento do tipo de deficiente abordado nesta monografia, foi confeccionado o quadro 01, onde constam as quatro categorias básicas fundamentadas em descrições médicas:

Quadro 01 - As Quatro Categorias de Problemas Ortopédicos.

TIPO DE PROBLEMA	EXEMPLOS	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS
Lesões no sistema central	<ul style="list-style-type: none"> • Paralisia cerebral • Epilepsia • Escleroses múltiplas 	<ul style="list-style-type: none"> • Muito incapacitantes do ponto de vista educacional. • Frequentemente atinge outros sistemas.
Deficiências do sistema muscular e do esqueleto	<ul style="list-style-type: none"> • Pés tortos • Escoliose • Osteomielite • Artrite reumática • Atrofia muscular progressiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Afetam principalmente os membros inferiores, espinhas e articulações. • Incapacitam a pessoa de andar, sentar-se ou usar as mãos.
Más-formações congênitas	<ul style="list-style-type: none"> • Deslocamento dos quadris • Falta de membros • Falta da espinha bípida 	<ul style="list-style-type: none"> • Podem ser hereditárias ou adquiridas durante a gestação. • Já se apresentam no momento do nascimento.
Outras condições mutiladoras	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de membros através de acidentes, infecções ou problemas de nascimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Afetam ossos, articulações e músculos. • Limitam a capacidade de locomoção ou manipulação de objetos.

Fonte: AMILARIAN, Maria Lúcia T. M. 1986.

Elaborada pelo autor.

O Quadro 01 exemplifica a grande variedade de “tipos” incluídos no universo pesquisado nesta monografia, os quais influenciam diretamente o que Vieira (1984) classifica como:

- Atividades da Vida Diária (A.V.D.)

São hábitos funcionais diários, pertinentes ao universo da experiência vital do indivíduo, cujas realizações fazem parte de sua rotina diária, como por exemplo:

- ✓ sono;
- ✓ alimentação;
- ✓ vestuário;
- ✓ hábitos de higiene, etc.

O controle destas atividades são fundamentais para proporcionar ao indivíduo o mínimo de independência, tanto no que se refere às atividades relacionadas consigo mesmo como também de sua vida doméstica e social, como defende J. A. O. Finger (1980).

Para Finger (1980), são muitos os fatores que concorrem no sentido de fornecer ao indivíduo, as condições mínimas necessárias para desenvolver as A.V.D. de uma maneira plena:

- ✓ força muscular;
- ✓ coordenação motora ampla e fina;
- ✓ sentido, percepção dos segmentos do próprio corpo.

Finger afirma que estas propriedades podem assegurar ao indivíduo a possibilidade de realizar o que chama de *movimentos básicos*, necessários à prática das A.V.D.:

- ✓ oposição leve e afastamento do polegar;
- ✓ empurrar para frente e para baixo;
- ✓ movimentar a cabeça em todos os sentidos e direções;
- ✓ movimentar o tronco em todos os sentidos e direções;
- ✓ subir e descer escadas;
- ✓ dar passos à frente e para trás;
- ✓ equilibrar-se sobre os pés; etc.

Como pode-se verificar, os deficientes físicos em estudo nesta monografia, na sua maioria, são incapazes de realizar estas tarefas na sua plenitude. Esta incapacidade, provoca distúrbios na sua vida social e econômica.

O quadro 01 demonstra também a dificuldade de se enquadrar os portadores de deficiência física em grupos de mesma característica no que se refere a tratamentos e ocupações em termos de emprego, possibilidades de desenvolvimento pessoal, ascensão social entre outros fatores significantes.

Segundo Rosita Edler Carvalho (1993), autora do Relatório chamado Política Nacional de Educação Especial 1993, a deficiência física é:

“(.....) uma variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou da fala, como decorrência de lesões neurológicas, neuro-musculares e ortopédicas, ou ainda, de más-formações congênicas ou adquiridas”.

(idem, p. 14).

A definição de Carvalho (1993), mostra a amplitude do problema e suas complicações implícitas, já que, para cada tipo de deficiência existem limitações específicas para o aprendizado e, conseqüentemente, para o mercado de trabalho.

CAPITULO 3 - O MERCADO DE TRABALHO

Nesté capítulo aborda-se a relação direta entre o portador de deficiência e o mercado de trabalho. As conclusões, assim como, todos os cálculos auferidos nesta etapa, foram baseados na pesquisa de campo realizada pelo autor e, posteriormente, tabuladas com o auxílio de programa de computação dentro dos padrões e ensinamentos adquiridos.

3.1. O deficiente e o mercado de trabalho

3.1.1. O Profissional Portador de Deficiência.

A colocação de uma força de trabalho no mercado exige que essa seja apresentada a esse mercado com qualificações profissionais, quer sejam de execução, supervisão ou direção, de modo a dar condições para a sua colocação na função cujo perfil seja condizente com as suas habilidades.

D. Carreira (1992) confirma:

"Se o administrador não conhecer a formação profissional do candidato, poderá cometer erros na admissão deste profissional, alocando-o em funções que o torne incapaz de realizar o seu trabalho." (ibidem, p.03).

De outra forma, pode-se citar a constatação do Professor Luciano Coutinho, titular do Instituto de Economia e diretor do CERI - Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais, da Unicamp:

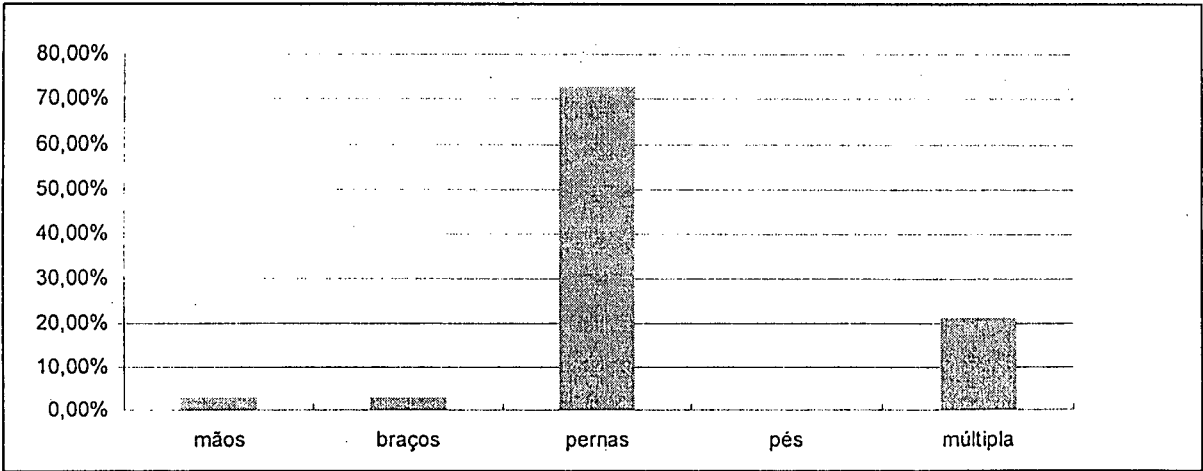
"(...) os processos de automação fragmentada, dominados por linhas de montagem (característica *stricto sensu* do fordismo), conseguiram substituir certos segmentos repetitivos correspondentes a operações manuais diretas por robôs dedicados, aproximando-se dos processos discretos-interrompíveis, incorporando os novos equipamentos digitais e controles computadorizados para os

segmentos que já estavam integrados por automação eletromecânica, obtendo-se no conjunto maior rendimento das suas economias de escala (....) "(Luciano Coutinho , 1991, pg. 73).

A visão de Coutinho (1992), ressalta que a mudança de paradigma tecnológico pode, de certa forma, ser aliada ao portador de deficiência física, desde que este se prepare de forma competitiva para um mercado de trabalho cada vez mais tecnológico e automatizado.

Através de pesquisa realizada em campo, mediante aplicação de questionários numa amostra de pessoas portadoras de deficiência física à AFLODEF (Associação dos Deficientes de Florianópolis), entre os meses de dezembro de 1995 e janeiro de 1996, constatou-se que 93,94% dos entrevistados apresentavam deficiência nos membros inferiores, sendo 72,74% nas pernas e 21,21% envolvendo os pés juntamente com as pernas - membros múltiplos (ver gráfico 01), tal deficiência não impossibilita o trabalho de escritório, ou qualquer que exija o uso das mãos, desde que estas não estejam no momento do trabalho, sendo utilizadas para dar sustentação ao corpo.

Gráfico 01 - Órgãos que apresentam deficiência:



Fonte: Pesquisa direta elaborada pelo autor

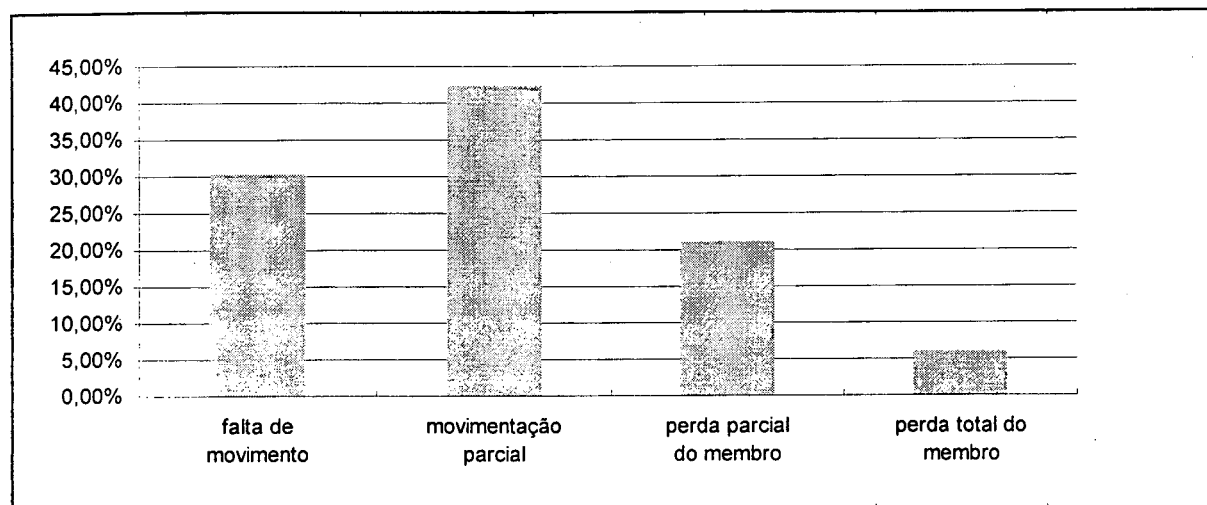
Dados:

mãos 3,03%

braços 3,03%

Em complemento às informações sobre o tipo de deficiência, constatou-se na pesquisa que os deficientes apresentam problemas apenas motores em 72,72% dos casos, enquanto que os portadores de deficiência que tiveram algum tipo de amputação (total e parcial) representam 27,27% da amostra pesquisada (ver gráfico 02).

Gráfico 02 - Característica da deficiência:



Fonte: Pesquisa direta elaborada pelo autor

Dados:

falta de movimento	30,30%
movimentação parcial	42,42%
perda parcial do membro	21,21%
perda total do membro	6,06%

No que se refere ao conceito do profissional junto ao mercado de trabalho, Carreira (1992), expõe algumas impressões coletadas dentre 55 entidades de formação profissional da pessoa deficiente:

1) É uma pessoa que possui algumas limitações de ordem física, mental ou sensorial, sendo que apenas essa limitação o faz ser diferente das pessoas julgadas "normais";

2) É antes de tudo uma "pessoa", que tem entre seus atributos pessoais falha em alguma das áreas visual, motora, mental ou em mais de uma destas áreas;

3) É aquela que apresenta perda ou diminuição da capacidade: intelectual (D.M.), motora (D.F.), auditiva (D.A.), visual (D.V.) com conseqüente falha na adaptação às demandas da sociedade. Quando há dois tipos de deficiência associados, define-se como *deficiência múltipla*;

4) Conceitua-se o deficiente como a pessoa cuja eficiência não lhe permite desempenhar as atividades globais ou específicas; (ibidem, p.03).

Ao colocar estes conceitos, o autor questiona qual o impacto na aceitação de um portador de deficiência física, num mercado competitivo, tendo em vista todas as desqualificações supracitadas em seu currículo?

O simples fato de ser portador de deficiência torna difícil de acreditar que ele será um bom profissional, mesmo que o mesmo candidato faça um excelente teste de seleção.

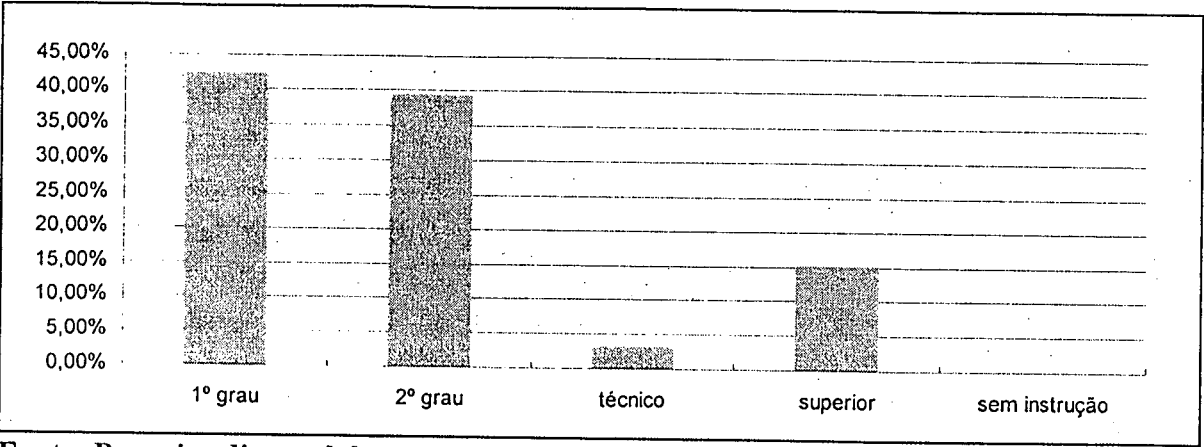
Segundo Hudson Paulo da Silva, Presidente da AFLODEF, existe duas barreiras para aceitação do deficiente (apto a realizar tarefas profissionais):

1) Concientização dos empresários;

2) Beleza visual.

Em relação ao grau de instrução, a pesquisa de campo revelou que aproximadamente 82% dos entrevistados tem no máximo até o 2º grau e, apenas 15,15% tem o nível superior. (ver gráfico 03).

Gráfico 03 - Grau de instrução:



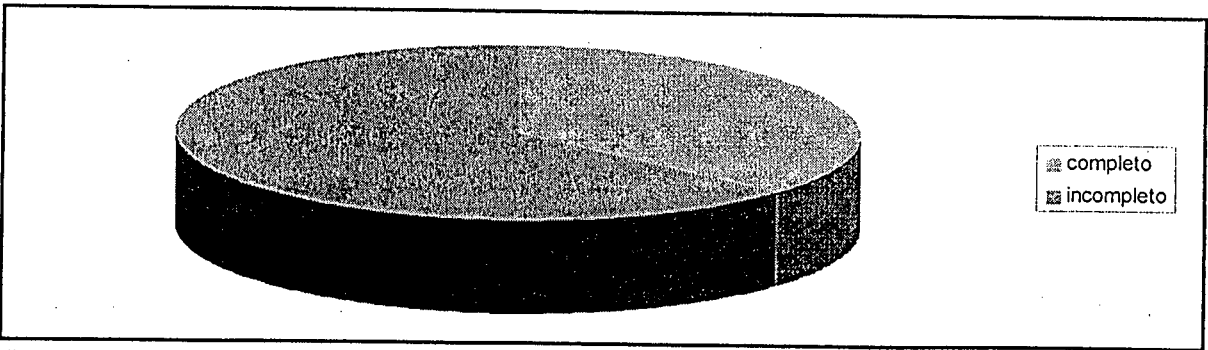
Fonte: Pesquisa direta elaborada pelo autor

Dados:

primeiro grau	42,42%
segundo grau	39,39%
técnico	3,03%
nível superior	15,15%
sem instrução	0,00%

Em complemento também revelou-se que menos de 37% completaram os seus estudos, ou seja, completaram o grau. (ver gráfico 04)

Gráfico 04 - Instrução recebida:



Fonte: Pesquisa direta elaborada pelo autor

Dados:

completo 36,36%

incompleto 63,64%

O baixo grau de escolaridade somado à deficiência promove uma piora nas probabilidades que um candidato com o perfil de um deficiente consiga uma colocação no mercado de trabalho.

A realidade do mercado de trabalho exige que o profissional busque uma especialização que saia da rotina Taylorista-Fordista:

"(...) os impactos sobre a composição e perfil da força de trabalho implicam níveis médios muito mais elevados de qualificação, com ênfase na capacidade de interagir e lidar, proficientemente, com equipamentos digitalizados, controles e, principalmente, computadores. Isso requer um mínimo de capacitação em raciocínio abstratos, matemática, interpretação de instruções, programação, capacidade de interpretar informações visuais, códigos, etc. e de reagir a estes com presteza".
(Coutinho, 1992, pg. 75)

Caso haja contratação de um funcionário portador de deficiência física, depara-se com outro problema, o qual, foi lembrado por José Carlos Kahl, membro da diretoria da AFLODEF, onde a principal reclamação dos deficientes empregados é que os salários são menores que dos funcionários "sadios".

Adam Smith (1986) explica os baixos salários de duas formas:

"(...), os salários do trabalho variam com a facilidade e o pouco dispêndio, ou a dificuldade e a alta despesa requeridas para aprender a ocupação. (ibidem, p. 118)".

A pesquisa de campo revelou que os trabalhadores que portam deficiência física, na sua maioria, realizam tarefas que exigem pouco treinamento (v. gráfico 11), e ao mesmo tempo são encargos que são facilmente realizados por um substituto, o que indica que esses empregos tem alta rotatividade e, por consequência, remuneram muito mal.

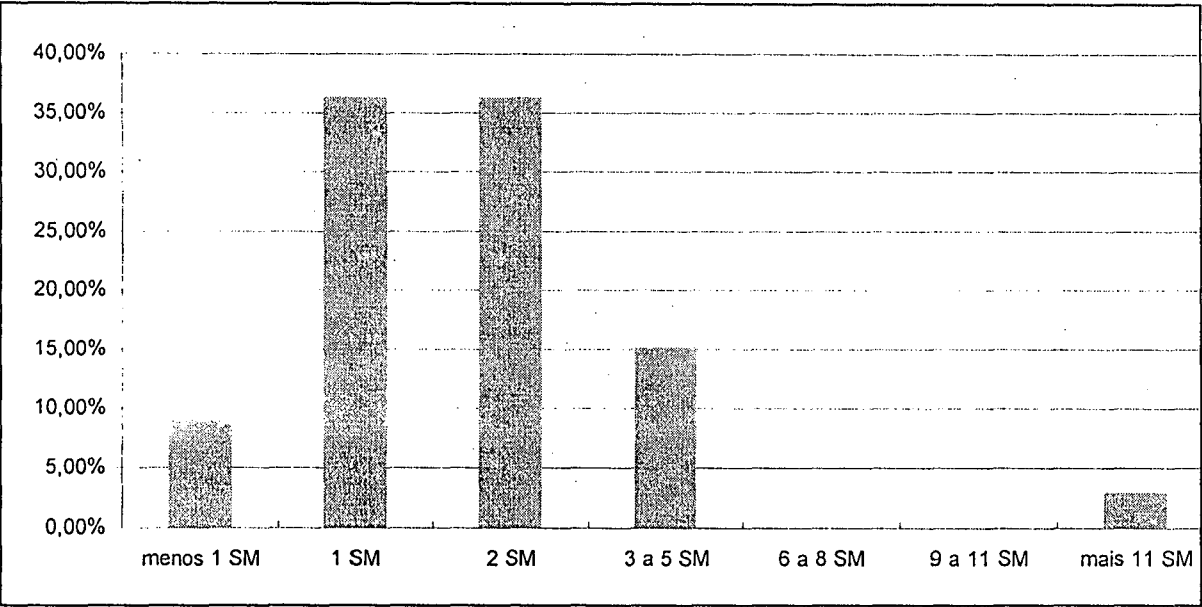
Porém, se o custo de treinamento e as dificuldades inerentes ao emprego forem altas, o deficiente físico se depara com outra barreira para conseguir um trabalho bem remunerado. (Smith - 1986), ilustra:

"(...), o salário do trabalho em ocupações diferentes varia de acordo com a probabilidade ou improbabilidade de sucesso que elas oferecem. (ibidem, p. 122).

Isso demonstra que os empresários depositam, a princípio, pouca confiança na eficiência e eficácia dos profissionais portadores de deficiência física.

A pesquisa de campo revelou que aproximadamente 82% dos deficientes empregados recebem até dois salários mínimos, e que 9,09% ganham menos de um salário mínimo. (ver gráfico 05).

Gráfico 05 - Faixa de renda em Salário Mínimo (SM):



Fonte: Pesquisa direta elaborada pelo autor

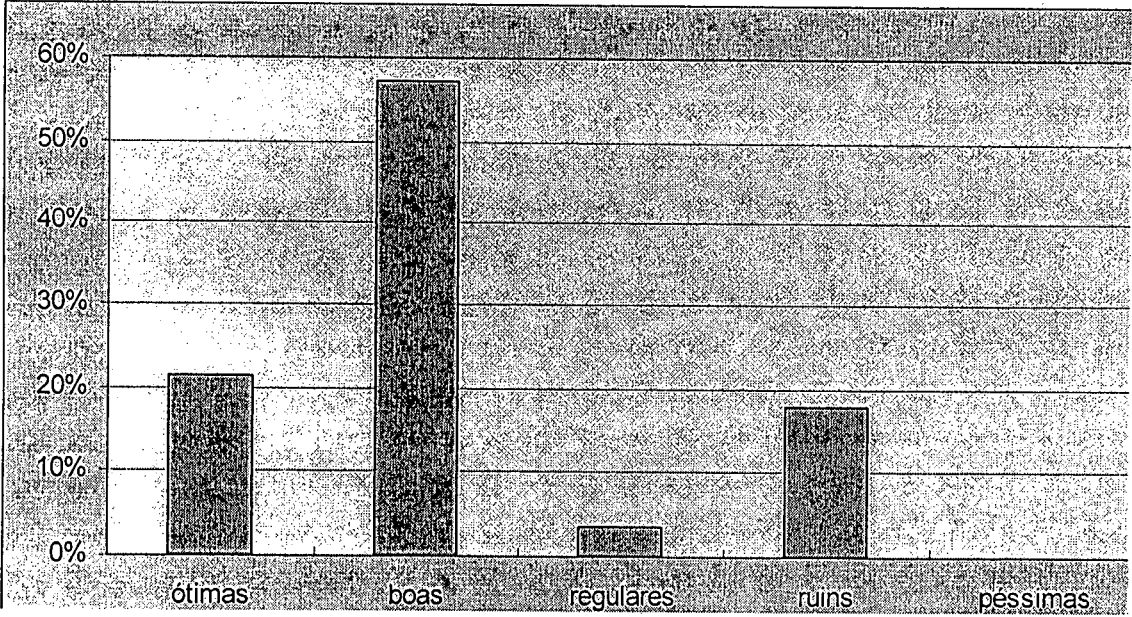
Dados:

menos de 1 SM	9,09%
1 SM	36,36%
2 SM	36,36%
3 a 5 SM	15,15%

6 a 8 SM	0,00%
9 a 11 SM	0,00%
mais de 11 SM	3,03%

As condições de trabalho, em Florianópolis, para os portadores de deficiência, revelou-se otimista posto que, 78,57% dos entrevistados consideram as condições de emprego aos quais são submetidos diariamente, entre boas e ótimas e 21,43% entre regulares e ruins. (ver gráfico 06).

Gráfico 06 - Condições de trabalho que o portador de deficiência se depara no seu emprego:



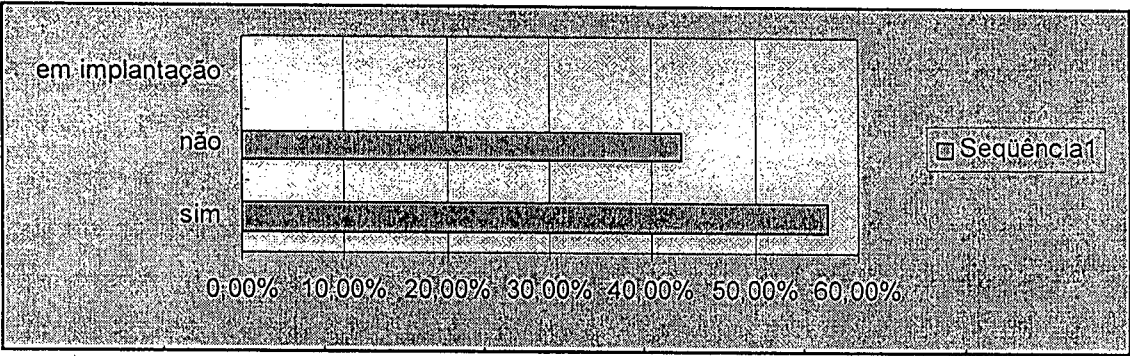
Fonte: Pesquisa direta elaborada pelo autor

Dados:

ótimas	21,43%
boas	57,14%
regulares	3,57%
ruins	17,86%
péssimas	0,00%

Já no ambiente de trabalho, os portadores de deficiência deparam-se com certas dificuldades que, para eles, transformam-se em entraves no desempenho de suas funções. Uma das principais reclamações diz respeito aos sanitários, que geralmente não são adaptados aos deficientes, cita Arno Kummer, que é membro da diretoria da AFLODEF (ver gráfico 07). Também, a falta de rampas, dificultam o acesso às empresas pelos deficientes. Para Arno, deveria haver maior fiscalização e rigor por parte dos órgãos públicos responsáveis pela aprovação de projetos de obras públicas ou privadas que serão utilizadas por empresas em geral.

Gráfico 07 - No local de trabalho, há instrumentos/instalações adequados à sua deficiência:



Fonte: Pesquisa direta elaborada pelo autor

Dados:

sim	57,14%
não	42,86%
em implantação	0,00%

Segundo a pesquisa, 42,86% das empresas não tem instalações e instrumentos adequados às deficiências dos seus empregados.

Para as empresas, a decisão de admitir força de trabalho está diretamente ligada à relação custo x benefício e não às questões de preconceitos de sexo, religião, cor, pessoas deficientes, etc.

Toda força de trabalho apta a desempenhar funções previamente determinadas pelas empresas, dentro de padrões de resultados estabelecidos, estará concorrendo às vagas disponíveis.

Portanto, as empresas, na sua maioria, não são entidades filantrópicas ou de assistência social e não tem por finalidade criar programas para readaptação de pessoas portadoras de deficiência.

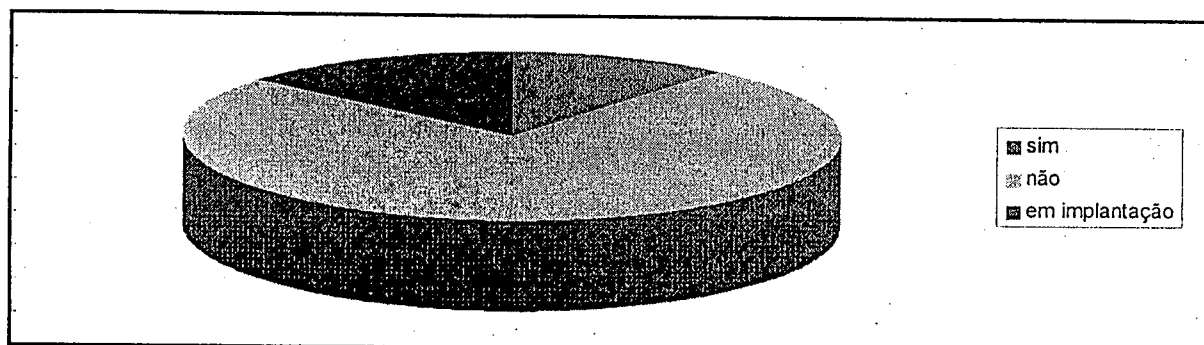
De acordo com Carreira, atualmente, as empresas não investem ao menos 5% de sua receita bruta em treinamento e desenvolvimento dos recursos humanos de seus quadros funcionais, por conseguinte, não investirão em programas de reeducação, reabilitação ou reintegração da pessoa portadora de deficiência física, somente para atender um apelo social.

Neste caso, o problema de reintegração é passado às mãos do poder público ou entidades sociais.

Pode-se, por outro lado, avaliar o grau de adaptabilidade que a empresa oferece ao deficiente físico pelo nível de treinamento que esta oferece ao mesmo.

De acordo com a pesquisa de campo, 75,0% das empresas não fornecem algum treinamento específico para o deficiente físico, o que demonstra uma realidade não favorável para um melhoramento do desempenho do empregado nem a possibilidade deste ascender na empresa (ver gráfico 08). Esse tipo de treinamento faz muito mais do que proporcionar habilidades e conhecimentos necessários para o desempenho e o ajustamento ao trabalho e a colocação no emprego são tão essenciais a esses programas quanto o treinamento de habilidades em si, e muitas vezes mais do que esse. Eles são dirigidos para pessoas deficientes com barreiras sérias e múltiplas para o emprego, as quais surgem não somente da natureza e da severidade de sua deficiência mas de outros fatores também, como por exemplo: falta de experiência anterior de trabalho, privação educacional, necessidade de adaptações nos equipamentos e no local de trabalho, entre outros aspectos também relevantes.

Gráfico 08 - Existência de programa de treinamento especial para deficientes físicos oferecido pela empresa:



Fonte: Pesquisa direta elaborada pelo autor

Dados:

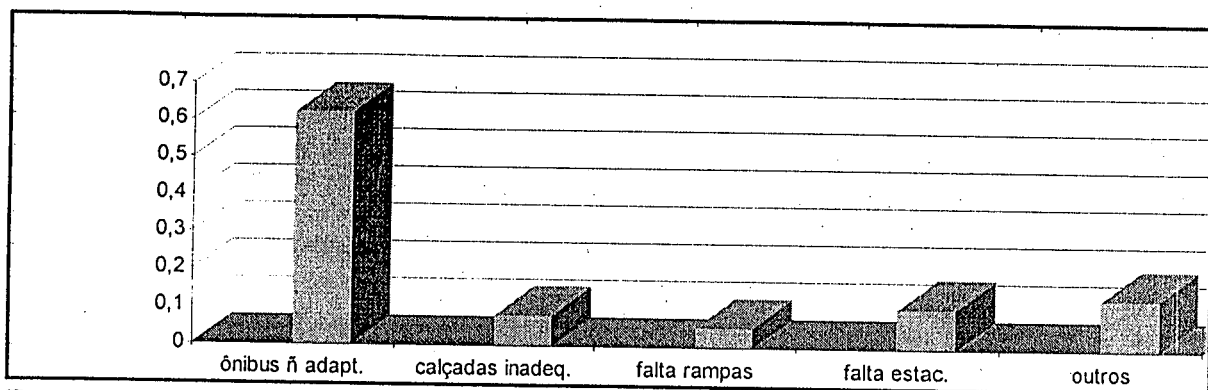
sim 10,71%

não 75,00%

em implantação 14,29%

Porém, as dificuldades não se expressam somente no ambiente interno da empresa, mas sim muito antes mesmo que o empregado portador de deficiência chegue ao local do trabalho, pois 62,16% dos entrevistado consideram que a maior dificuldade para se chegar ao trabalho está no fato dos ônibus não serem adaptados às suas deficiências, e os que possuem automóvel próprio, não encontram vagas específicas para estacionamento de seus veículos (ver gráfico 09).

Gráfico 09 - Principais dificuldades de deslocamento até o local de trabalho:



Fonte: Pesquisa direta elaborada pelo autor

Dados:

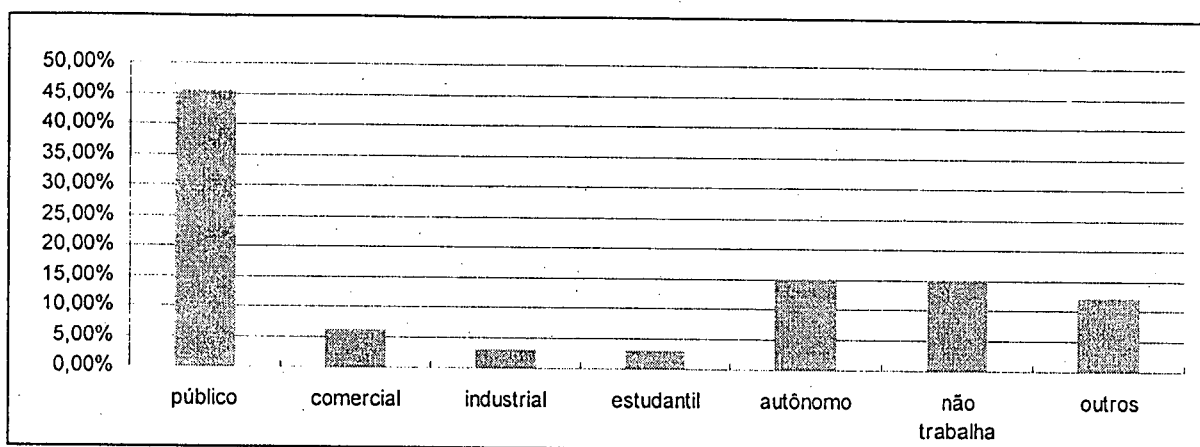
ônibus não adaptados	62,16%
calçadas inadequadas	8,11%
falta de rampas	5,41%
falta de estacionamentos	10,81%
outros	13,51%

Carreira (1992) coloca que, "os transportes coletivos e a eliminação de barreiras arquitetônicas nas vias públicas, são fundamentais para a integração da pessoa deficiente no mercado de trabalho" (ibidem, p.07). Segundo Carreira, o transporte público é um dos principais componentes para que o deficiente acesse ao cenário empresarial e que compete à administração pública fornecer este tipo de serviço à população.

3.1.2. O Mercado de Trabalho para o Portador de Deficiência Física.

A pesquisa de campo revelou que 45,45% dos entrevistados trabalham no setor público (ver gráfico 10)

Gráfico 10 - Setores onde os deficientes físicos trabalham



Fonte: Pesquisa direta elaborada pelo autor

Dados:

público	45,45%
comercial	6,06%
industrial	3,03%
estudantil	3,03%
autônomo	15,15%
não trabalha	15,15%
outros	12,12%

Este fato é facilmente explicado por dois aspectos:

- ♦ Florianópolis é sede do Governo Estadual e de diversas repartições públicas federais;
- ♦ O artigo 1º da Lei 9.899, de 21 de julho de 1995, publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina de 25 de julho do mesmo ano, diz: (v. anexo 1)

"Nos concursos públicos para provimento de cargos e empregos da administração direta e indireta do Estado de Santa Catarina, serão reservados

10% (dez por cento) das vagas pré-estabelecidas, aos portadores de deficiência". (idem, p. 01).

Além destes dois fatos, o Estado tem a tradição de ser mais voltado ao "social" que as empresas privadas, isto fica claro no artigo 3º da mesma Lei:

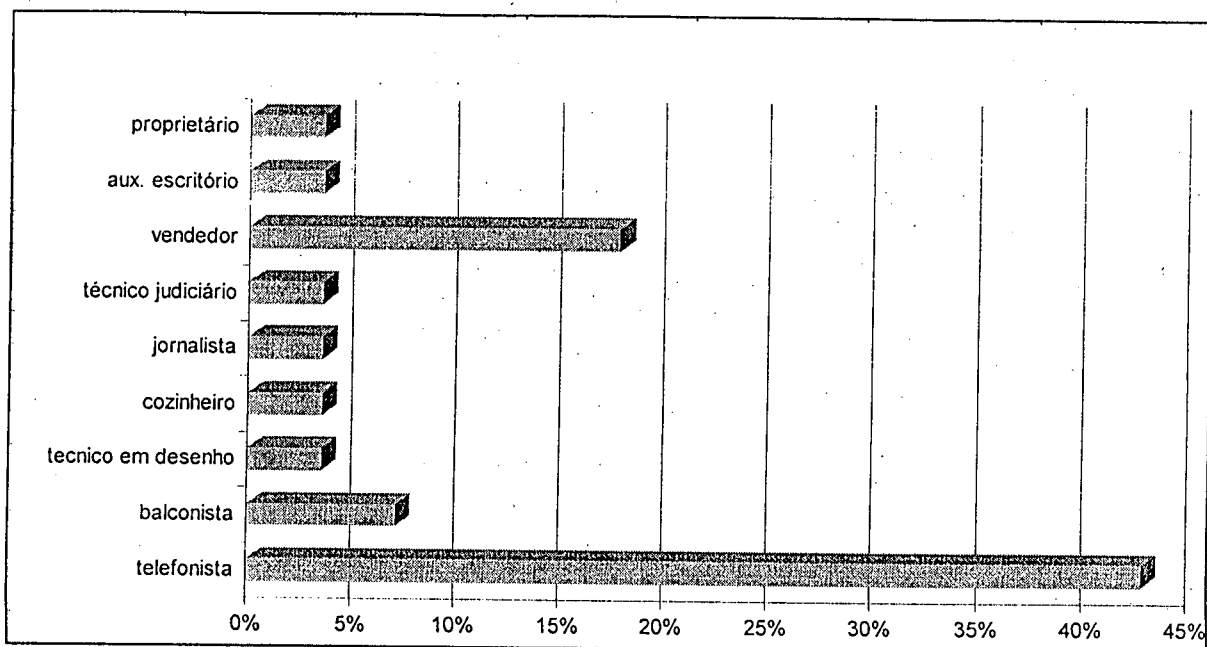
"Fica criada a Comissão de Assessoramento à seleção para portadores de deficiência, vinculada à Secretaria Estadual de Administração, (.....)" (idem, p. 01).

Juntamente com o artigo acima, a Legislação prevê a formação de um grupo de representantes indicados por entidades de portadores de deficiência, e que o órgão público deverá também promover o seu treinamento e adaptação à função e ao local de trabalho, levando-se em conta as suas limitações físicas.

Quanto ao tipo de função, a pesquisa revelou um fenômeno interessante: 42,86% dos entrevistados trabalhavam como telefonistas. Isto se explica, pelo fato da AFLODEF (v. anexos 1 e 2), ter conseguido essas colocações através de convênios com o governo do Estado. (ver gráfico 11). Caso semelhante ocorre em Blumenau onde muitos portadores de deficiência trabalham em empresas como telefonistas, contínuos e, até mesmo, na revisão de malha em empresas têxteis. (Jornal de Santa Catarina, 3 de agosto de 1993).

É claro que as deficiências não limitam às opções profissionais na medida em que as pessoas têm sido levadas a acreditar em si. Entretanto, as limitações funcionais associadas com as condições de deficiência realmente deixam fora de consideração algumas ocupações e cercam outras com uma probabilidade menor de sucesso. Isso deixa um vasto leque de opções disponíveis para a maioria das pessoas portadoras de deficiência, as quais, então, devem tentar classificar as opções de boa probabilidade em relação às arriscadas, e as arriscadas em relação àquelas que estão fora de questão.

Gráfico 11 - Função desempenhada na empresa:



Fonte: Pesquisa direta elaborada pelo autor

Dados:

telefonista	42,86%
balconista	7,14%
técnico em desenho	3,57%
cozinheiro	3,57%
jornalista	3,57%
técnico judiciário	3,57%
vendedor	17,86%
auxiliar de escritório	3,57%
proprietário	3,57%

Através dos dados coletados, traçou-se a curva de oferta e demanda de empregos para portadores de deficiência física.

Tabela 1 - Demanda de mão-de-obra para deficientes físicos: (nº de vagas)

		2% da pop. tot.	44%	vagas p/ def.
ano	pop. f.polis	n.Def. físicos	pop. ec ativa	2% pop. ec. ativa
80	161773	3235	71405	1428
81	166536	3331	73507	1470
82	171438	3429	75671	1513
83	176486	3530	77899	1558
84	181681	3634	80192	1604
85	187030	3741	82553	1651
86	192536	3851	84984	1700
87	198204	3964	87485	1750
88	204040	4081	90061	1801
89	210046	4201	92712	1854
90	216230	4325	95442	1909
91	222596	4452	98252	1965
92	229149	4583	101144	2023
93	235895	4718	104122	2082
94	242840	4857	107187	2144
95	249989	5000	110343	2207
96	257349	5147	113591	2272

Fonte: Pesquisa direta elaborada pelo autor.

A tabela 2, foi calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

Dados: 0 = valor arredondado do total da oferta (coluna 7)

 M = total de mulheres deficientes fisicas (coluna 6)

 H = total de homens deficientes fisicos (coluna 5)

96

$$0 = \sum_{i = 80} M + H$$

Tabela 2 - Oferta de mão-de-obra (nº de candidatos)

ano	2% da pop. tot.	54,6%	45,5%	68% homens	32% mulheres	val.arredond.
	n.Def. físicos	masc	fem	são ec. ativos	são ec. ativas	total oferta
80	3235,46	1764,94	1470,52	1200,16	470,57	1671
81	3330,71	1816,90	1513,81	1235,49	484,42	1720
82	3428,77	1870,39	1558,38	1271,87	498,68	1771
83	3529,71	1925,46	1604,25	1309,31	513,36	1823
84	3633,63	1982,14	1651,48	1347,86	528,47	1876
85	3740,60	2040,50	1700,10	1387,54	544,03	1932
86	3850,72	2100,57	1750,15	1428,39	560,05	1988
87	3964,09	2162,41	1801,68	1470,44	576,54	2047
88	4080,79	2226,07	1854,72	1513,73	593,51	2107
89	4200,93	2291,61	1909,32	1558,29	610,98	2169
90	4324,60	2359,07	1965,53	1604,17	628,97	2233
91	4451,92	2428,52	2023,40	1651,40	647,49	2299
92	4582,99	2500,02	2082,97	1700,01	666,55	2367
93	4717,91	2573,62	2144,29	1750,06	686,17	2436
94	4856,80	2649,39	2207,42	1801,58	706,37	2508
95	4999,79	2727,38	2272,40	1854,62	727,17	2582
96	5146,98	2807,68	2339,30	1909,22	748,58	2658

Fonte: Pesquisa direta elaborada pelo autor

Comparando-se a oferta e demanda de mão-de-obra para portadores de deficiência física de acordo com a colocação da tabela 3 e representada no gráfico 12, pode-se constatar que a defasagem entre oferta/demanda anual de mão-de-obra é de 15% aproximadamente, ou seja, as vagas suprem apenas 85% do número de candidatos anualmente. A oferta média é de 2.129 candidatos e a demanda média é de 1.819 vagas (v. tabela 3 e gráfico 12), verifica-se desta forma, uma defasagem média de 310 vagas por ano.

Tabela 2 - Oferta de mão-de-obra (nº de candidatos)

ano	2% da pop. tot.	54,6%	45,5%	68% homens	32% mulheres	val.arredond.
	n.Def. físicos	masc	fem	são ec. ativos	são ec ativas	total oferta
80	3235,46	1764,94	1470,52	1200,16	470,57	1671
81	3330,71	1816,90	1513,81	1235,49	484,42	1720
82	3428,77	1870,39	1558,38	1271,87	498,68	1771
83	3529,71	1925,46	1604,25	1309,31	513,36	1823
84	3633,63	1982,14	1651,48	1347,86	528,47	1876
85	3740,60	2040,50	1700,10	1387,54	544,03	1932
86	3850,72	2100,57	1750,15	1428,39	560,05	1988
87	3964,09	2162,41	1801,68	1470,44	576,54	2047
88	4080,79	2226,07	1854,72	1513,73	593,51	2107
89	4200,93	2291,61	1909,32	1558,29	610,98	2169
90	4324,60	2359,07	1965,53	1604,17	628,97	2233
91	4451,92	2428,52	2023,40	1651,40	647,49	2299
92	4582,99	2500,02	2082,97	1700,01	666,55	2367
93	4717,91	2573,62	2144,29	1750,06	686,17	2436
94	4856,80	2649,39	2207,42	1801,58	706,37	2508
95	4999,79	2727,38	2272,40	1854,62	727,17	2582
96	5146,98	2807,68	2339,30	1909,22	748,58	2658

Fonte: Pesquisa direta e estimativa elaborada pelo autor

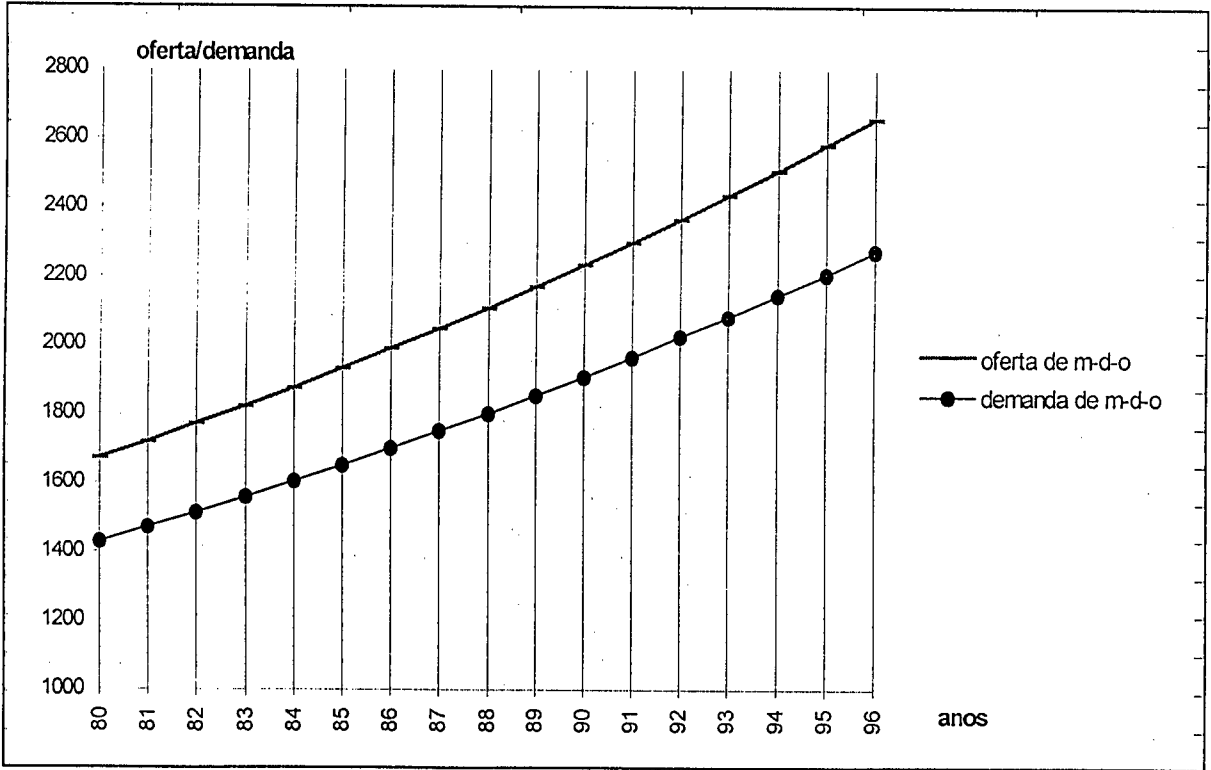
Comparando-se a oferta e demanda de mão-de-obra para portadores de deficiência física de acordo com a colocação da tabela 3 e representada no gráfico 12, pode-se constatar que a defasagem entre oferta/demanda anual de mão-de-obra é de 85% aproximadamente, ou seja, as vagas suprem apenas 85% do número de candidatos anualmente. A oferta média é de 2.129 candidatos e a demanda média é de 1.819 vagas (v. tabela 3 e gráfico 12), verifica-se desta forma, uma defasagem média de 310 vagas por ano.

Tabela 3 -Comparação entre oferta e demanda

ano	demandade vagas	
	val.arredond.	p/ deficientes
	total oferta	2% pop. ec. ativa
80	1671	1428
81	1720	1470
82	1771	1513
83	1823	1558
84	1876	1604
85	1932	1651
86	1988	1700
87	2047	1750
88	2107	1801
89	2169	1854
90	2233	1909
91	2299	1965
92	2367	2023
93	2436	2082
94	2508	2144
95	2582	2207
96	2658	2272

Fonte: Pesquisa direta elaborada pelo autor

Gráfico 12 - Curvas de oferta e demanda de mão-de-obra de deficientes físicos:



Fonte: Pesquisa direta e estimativa elaborada pelo autor

O gráfico 12 foi elaborado com base nos dados estimados nas tabelas 1, 2 e 3.

Como complemento pode-se verificar no gráfico 12, uma tendência de distanciamento das duas curvas, o que não representa, teoricamente, um bom cenário. Porém, a visão da diretoria da AFLODEF é de um futuro promissor visto que, o progresso da entidade vem se revelando ano após ano e, na prática, o que pode modificar o comportamento das curvas de oferta e demanda, é o comportamento da sociedade como um todo, de acordo com o pensamento dos membros da diretoria da citada Associação.

CAPITULO 4 - CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O presente trabalho visou analisar as condições e perspectivas do mercado de trabalho para pessoas portadoras de deficiência física, especificamente de Florianópolis.

Quanto à situação do ser humano portador de deficiência, pode-se concluir que o mesmo encontra-se em posição desconfortável, pois enfrenta diversas barreiras para ascensão econômica dentro da sociedade, uma vez que essa posição está diretamente ligada ao sucesso profissional do indivíduo.

Dentro da empresa o deficiente físico geralmente supera as expectativas dos empregadores, porém, não há recíproca à altura.

A falta de treinamento e a inadequação de instalações, equipamentos e transporte são as piores barreiras encontradas pelos deficientes.

O perfil sócio econômico revelou-se bastante negativo, pois, apenas 18,18% dos entrevistados recebem mais de dois salários mínimos por mês, juntamente com o baixo nível de escolaridade apresentado.

Em termos de legislação, essa apresenta-se relativamente recente e a própria diretoria da AFLODEF, bem como outros deficientes entrevistados, não conhecem a extensão de seus efeitos.

Como forma de amenizar a falta de competitividade do candidato deficiente, recomenda-se o incentivo ao estudo e treinamento específico.

Quanto a disponibilidade de empregos para pessoas portadoras de deficiência em Florianópolis, verificou-se que a oferta de mão-de-obra é superior a demanda da mesma, e a tendência das séries históricas é de crescente defasagem entre o número de vagas e candidatos. Entretanto, os dados estatísticos podem sofrer uma mudança de tendência; tudo depende do comportamento e da forma com que a própria sociedade encara a situação do portador de deficiência física.

4.1. Recomendações:

Para a mudança de paradigma é necessário, segundo as pesquisas de campo, contemplar uma série de itens como:

- ✓ conscientização do empresário;
- ✓ legislação beneficiando os portadores de deficiência física;
- ✓ políticas específicas do governo;
- ✓ educação especial para os deficientes, principalmente a primária.

Os itens acima subentendem a contemplação de outros secundários como:

- ✓ treinamento específico na empresa;
- ✓ adaptação do meio-ambiente;
- ✓ aumento do grau de escolaridade; e
- ✓ a própria conscientização do indivíduo portador de deficiência.

Finalmente, recomenda-se que mais pesquisadores estudem, levantem dados e forneçam mais pareceres técnicos à respeito do portador de deficiência física, pois esse representa 2% (dois por cento) da sociedade como um todo, ou seja, considerando-se a população do Brasil como 160 milhões de habitantes tem-se, então, um exército de 3,2 milhões de portadores de deficiência física, o que os torna uma parcela considerável da população.

BIBLIOGRAFIA

- AMIRALIAN, Maria Lúcia T. M. *Psicologia do Excepcional*, São Paulo: EPV, 1986.
- ASSIS, Olnei Queiroz e PUSSOLI, Lafaiete. *As pessoas portadoras de deficiência: direitos e garantias fundamentais*, São Paulo: PUC, 1989/90.
- BASSIT, A. Z.; CIAMPA, A. C. e COSTA, M. R., *Identidade: teoria e pesquisa*, São Paulo: PUC/SP, 1985.
- BRAGA, C., *SC tem 450 mil deficientes Físicos*, Florianópolis: Diário Catarinense, 10 de julho de 1994.
- CARVALHO, Rosita Edler - *Política Nacional de Educação Especial* - Brasília: MEC, 1993.
- CARREIRA, D. - *A Integração da Pessoa Deficiente no Mercado de Trabalho*. São Paulo: FGV, 1992.
- Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- COUTINHO, Luciano. *Economia e Sociedade*.- Campinas, IE/UNICAMP, nº 1, agosto de 1992, p. 69-87.
- Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, nº 15.232, de 25 de julho de 1985, pag. 1.
- FINGER, J. A. O. - *Terapia Ocupacional* - 2ª ed. São Paulo - Savier Editora - 1980.
- GAPLAN - Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia de estatística, geografia e informática. *Atlas de Santa Catarina*.. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1986.
- RIBAS, João Sintra. *O que são pessoas deficientes*, São Paulo: Nova Cultural/Brasiliense, 1985.
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. Coleção os economistas, vol 1. São Paulo: Abril Cultural, 1986.
- VIEIRA, Maria Nanci Lima. *O deficiente no Brasil: aspectos multidisciplinares da criança atípica*, São Paulo: Acape, 1984.

ANEXO 1



Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos

CGC Nº. 78 827 177/0001 53

Rua Rui Barbosa, s/nº. - S/21 - Anexo a Associação Santa Catarina
de Reabilitação

Cep 88025-301 - Agrônômica - Florianópolis - SC

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

DA ASSOCIAÇÃO

FLORIANOPOLITANA DE

DEFICIENTES FÍSICOS

AFLODEF



Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos

CGC Nº. 78 827 177/000-53

Rua Rui Barbosa, s/nº - S/21 - Anexo a Associação Santa Catarina de Reabilitação
Fone (048) 228-0100 - Cep 88025-301 - Agronômica - Florianópolis - SC

INTRODUÇÃO

A Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos - AFLODEF mantém atividades semanais como reuniões e treinamentos esportivos aos associados.

Desde o ano de 1985, ano de sua fundação, a AFLODEF vem desenvolvendo trabalhos que visam a integração da pessoa portadora de deficiência física na comunidade. Estas atividades pretendem possibilitar, ao integrante deste segmento, a manutenção de sua vida e necessidades pessoais através de recursos obtidos com o próprio trabalho.

No período compreendido entre os anos de 1991 e 1993, as oportunidades desta entidade tiveram significativo incremento no que se refere a resultados.



Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos

CGC No. 78 827 177/000-53

Rua Rui Barbosa, s/nº - S/21 - Anexo a Associação Santa Catarina de Reabilitação
Fone (048) 228-0100 - Cep 88025-301 - Agrônômica - Florianópolis - SC

Atividades do ano de 1991

- prática de treinamentos de basquete sobre cadeira de rodas aos sábados, nas dependências da Universidade Federal de Santa Catarina;
- realização de reuniões com a direção da Fundação Catarinense de Educação Especial para apresentação de sugestões e reivindicações;
- organização de reuniões com pais de crianças portadoras de deficiência física, freqüentadoras do Departamento Infantil, para esclarecimento de atividades ;
- início dos treinamentos de natação para portadores de deficiência física, nas dependências da Associação Santa Catarina de Reabilitação;
- participação desta entidade nos Jogos Brasileiros sobre Cadeira de Rodas;
- estabelecimento de Convênio entre a AFLODEF e o Departamento de Odontologia da Universidade Federal de Santa Catarina visando o atendimento odontológico de portadores de deficiência física;
- participação da entidade no Congresso Brasileiro de Comunicação e Estigma, na cidade do Rio de Janeiro;
- realização de reunião com o Secretário Municipal de Obras, com a finalidade de discutir a adequação do espaço urbano à pessoa portadora de deficiência física;
- realização de reunião com o Prefeito Municipal de Florianópolis visando a adaptação do transporte urbano à utilização pelo segmento,

*este já conseguido
e esta reunião planejada em
março de 1992.*



Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos

CGC Nº. 78 827 177/000-53

Rua Rui Barbosa, s/nº - S/21 - Anexo a Associação Santa Catarina de Reabilitação
Fone (048) 228-0100 - Cep 88025-301 - Agrônômica - Florianópolis - SC

Atividades do ano de 1992

- mantidos os treinamentos de basquete sobre cadeira de rodas e de natação, durante todo o ano;
- realização de reuniões com o Núcleo de Transporte Urbano de Florianópolis para dar continuidade à adaptação do transporte coletivo urbano, bem como para a determinação das linhas a serem atendidas;
- participação desta entidade nos Jogos Brasileiros sobre cadeira de rodas;
- participação nos Jogos Catarinenses sobre cadeira de rodas;
- realização de debate entre entidades de portadores de deficiência e candidatos à Prefeitura de Florianópolis para que tomassem conhecimento das reivindicações do segmento;
- atividades de recreação e integração.



Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos

CGC Nº. 78 827 177/000-53

Rua Rui Barbosa, s/nº - S/21 - Anexo a Associação Santa Catarina de Reabilitação
Fone (048) 228-0100 - Cep 88025-301 - Agrônômica - Florianópolis - SC

Atividades do ano de 1993

- mantidos os treinamentos de basquete sobre cadeira de rodas e de natação, durante todo o ano;
- participação da entidade na Assenbléia Geral Ordinária da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos;
- participação em competição esportiva na cidade de Blumenau;
- realização de convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, visando o aproveitamento de portadores de deficiência física no seu quadro de funcionários;
- participação em manifestação na cidade de Araranguá, com a finalidade de esclarecer sobre as pessoas portadoras de deficiência física;
- realização de campanhas para arrecadação de fundos com a finalidade de participar do Campeonato Brasileiro de Natação em Recife;
- participação de atletas desta entidade no Campeonato Brasileiro de Natação, na cidade de Recife;
- participação em reuniões com o Núcleo de Transportes de Florianópolis, visando a definitiva viabilização da adaptação do Transporte Coletivo nesta cidade.

1994

Todas as atividades mantidas

- convênio Besc 1000 de R, para
admissão de telefonistas nas
agências do Besc.

ANEXO 2



Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos

CGC Nº. 78 827 177/000-53

Rua Rui Barbosa, s/nº - S/21 - Anexo a Associação Santa Catarina de Reabilitação
Fone (048) 228-0100 - Cep 88025-301 - Agronômica - Florianópolis - SC

ESTATUTOS

CAPÍTULO I A ASSOCIAÇÃO E SEUS FINS

- ART. 1º-** A Associação Florianopolitana de Deficientes físicos, com sede e foro no município de Florianópolis, é uma entidade beneficente sem fins lucrativos e tem a finalidade de:
- promover a readaptação, integração e orientação aos deficientes físicos;
 - proteger os direitos dos deficientes físicos e
 - envolver a comunidade na problemática do deficiente físico.
- ART. 2º-** São deveres da Associação:
- a) colaborar para a melhor compreensão e realização das potencialidades dos deficientes físicos;
 - b) opinar para a mais rápida e eficiente readaptação e integração a sua realidade;
 - c) zelar pela correta divulgação das capacidades dos deficientes físicos, a fim de preservar a imagem dos componentes deste segmento.
- ART. 3º-** É função da Associação colaborar, sugerir e opinar, como órgão consultivo, no estudo e solução de problemas que se relacionem com os deficientes físicos.

PARÁGRAFO ÚNICO- Fica terminantemente vedado à entidade distribuir lucros, bonificações ou vantagens, direta ou indiretamente aos seus dirigentes ou associados sob qualquer forma ou pretexto, bem como, prestar aval, fiança ou garantia de qualquer espécie a terceiros.

CAPÍTULO II DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

- ART. 4º-** A todos os deficientes físicos e pessoas que com eles queiram colaborar, assiste o direito de ser admitido na Associação.
- ART. 5º-** São direitos dos Associados :
- a) tomar parte, votar e ser votado nas Assembléias Gerais e reuniões, observadas as disposições deste Estatuto;
 - b) requerer, com número superior a 10 % (dez por cento) dos associados a convocação da Assembléia Geral Extraordinária;
 - c) sugerir e propor à Diretoria as medidas que julgar convenientes aos interesses dos associados;
 - d) usufruir dos bens e solicitar colaboração dos membros da diretoria ou qualquer outro membro da Associação;
 - e) ao associado, desde que justificado e munido de autorização hábil, é facultado representar um outro sócio nas Assembléias Gerais, exercendo em nome do representado todos os direitos assegurados no presente Estatuto.



Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos

CGC Nº. 78 827 177/000-53

Rua Rui Barbosa, s/nº - S/21 - Anexo a Associação Santa Catarina de Reabilitação
Fone (048) 228-0100 - Cep 88025-301 - Agrônômica - Florianópolis - SC

- ART. 6º-** São deveres dos associados:
- a) pagar pontualmente à tesouraria a taxa estabelecida em Assembléia Geral ;
 - b) comparecer às Assembléias Gerais e acatar suas decisões;
 - c) colaborar para o bom entendimento dos membros dentro e fora da Associação.
- ART. 7º-** Os associados estão sujeitos às penalidades de suspensão e eliminação do quadro social.
- § 1º - Serão suspensos os direitos dos associados que:
- a) não comparecerem a 3 (três) Assembléias Gerais consecutivas sem causa justificada;
 - b) desatarem as decisões da Assembléia Geral ou da Diretoria;
 - c) por conduta que fuja aos padrões normais de convivência em comunidade, espírito de discórdia ou falta cometida contra o patrimônio moral ou material da Associação, se constituírem nocivos à entidades.
- § 2º - Serão eliminados do quadro social os associados que:
- a) sem motivo justificado, atrasarem em mais de 3 (três) mensalidades o pagamentos de suas taxas;
 - b) após 3 (três) suspensões, tornarem a incorrer no que consta no item "a" do § 1º do Art. 7º deste Estatuto.
- § 3º - As penalidades serão impostas pela diretoria.
- § 4º - A audiência do associado penalizado deverá preceder a aplicação da pena. (A defesa poderá ser apresentada por escrito).
- § 5º - Da penalidade cabe recurso à Assembléia Geral.
- § 6º - A readmissão do associado pode acontecer com a liquidação do débito para com a Associação ou por decisão da Assembléia Geral.

CAPÍTULO III ***ASSEMBLÉIA GERAL***

- ART. 8º-** À Assembléia Geral cabe eleger a diretoria e o conselho fiscal.
- ART. 9º-** As Assembléias Gerais são soberanas nas resoluções, desde que não contrárias às leis vigentes e à este Estatuto e suas deliberações tomadas por maioria simples de votos dos presentes.
- ART. 10º-** As Assembléias Gerais Ordinárias serão realizadas, no mínimo 1 (uma) vez por semestre, com fim de apreciar o relatório da diretoria e apresentação de constas, podendo ser incluídos na pauta outros assuntos de interesse das Associação.

PARÁGRAFO ÚNICO- As Assembléias Gerais realizar-se-ão em dia útil, nos meses de maio e novembro.



Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos

CGC Nº. 78 827 177/000-53

Rua Rui Barbosa, s/nº - S/21 - Anexo a Associação Santa Catarina de Reabilitação
Fone (048) 228-0100 - Cep 88025-301 - Agrônômica - Florianópolis - SC

- ART. 11 -** As Assembléias Gerais Extraordinárias serão realizadas quantas vezes se fizer necessário, por convocação de:
- a) pelo menos 10% (dez por cento) dos associados;
 - b) pela maioria (metade mais um) da Diretoria;
 - c) pelo Conselho Fiscal.

PARÁGRAFO ÚNICO- A Assembléia Geral Extraordinária será convocada com 15 (quinze) dias de antecedência.

- ART.12 -** As Assembléias Gerais serão convocadas por Edital publicado em jornal de circulação na praça em que a Assembléia está sediada, obedecendo a seguinte Ordem de Chamada :
- em 1º (primeira) chamada com 75% (setenta e cinco por cento) dos associados; em 2º (segunda) chamada, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de associados.

CAPÍTULO IV ***A DIRETORIA***

- ART. 13 -** A Associação será administrada gratuitamente por uma diretoria composta de 6 (seis) membros eleitos pela Assembléia Geral Ordinária para os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários e Primeiro e Segundo Tesoureiros; com mandato de 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO- A diretoria será composta por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros de portadores de deficiência física, sendo que o Presidente e o Vice-Presidente o serão, obrigatoriamente

- ART. 14 -** A diretoria deverá reunir-se, no mínimo, 1 (uma) vez ao mês.
- 1º - A diretoria deliberará com a maioria (metade mais um) de seus membros.
 - 2º - Perderá o mandato o membro da diretoria que faltar, sem motivo justificado, mais de 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas;
 - 3º - Cabe à diretoria criar tantos departamentos quantos forem necessários para o bom desempenho de suas funções.



Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos

CGC Nº. 78 827 177/000-53

Rua Rui Barbosa, s/nº - S/21 - Anexo a Associação Santa Catarina de Reabilitação
Fone (048) 228-0100 - Cep 88025-301 - Agrônômica - Florianópolis - SC

- ART. 15 -** O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária, com mandato de 2 (dois) anos.
- ART. 16 -** Compete ao Presidente:
- a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
 - b) convocar a Assembléia Geral Extraordinária, bem como a Diretoria e o Conselho Fiscal;
 - c) autorizar os pagamentos requisitados pelo Tesoureiro;
 - d) assinar, com o Tesoureiro, cheques e outros documentos de responsabilidade financeira da Associação;
 - e) assinar o Expediente da Associação;
 - f) receber subvenções ou contribuições juntamente com o Tesoureiro;
 - g) nomear, promover, conceder licenças, suspender e demitir empregados e contratar serviços permanentes ou eventuais, dos consultores e técnicos de qualquer natureza; e
 - h) representar a Associação em Juízo ou fora dele, e em todas as suas relações com terceiros.
- § 1º- O Presidente poderá delegar ao Vice-Presidente uma ou mais de suas atribuições.
- § 2º- Em caso de empate na votação, cabe ao Presidente o voto de Minerva.
- ART. 17 -** Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos e exercer as atribuições que lhe foram delegadas pelo Presidente.
- ART. 18 -** Compete ao Primeiro Secretário:
- a) executar os serviços de secretaria da Associação;
 - b) ter sob sua guarda o livro de atas e o arquivo geral;
 - c) organizar e manter atualizado o registro de sócios;
 - d) delegar atribuições ao 2º (segundo) secretário.
- ART. 19 -** Compete ao Segundo Secretário substituir o Primeiro Secretário em seus impedimentos legais e eventuais.
- ART. 20 -** Compete ao Primeiro Tesoureiro:
- a) receber o pagamento de taxas e deposita-las em conta bancária em nome da Associação;
 - b) pagar as contas assinadas pelo Presidente e feitas em nome da Associação;
 - c) apresentar mensalmente balancete que, depois de aprovado pela Diretoria, será encaminhado ao Conselho Fiscal;
 - d) ter sob sua guarda e responsabilidade os valores da Associação;
 - e) assinar, com o Presidente, cheques e outros documentos de responsabilidade financeira da Associação;
 - f) elaborar e apresentar à Assembléia Geral o balancete final do ano Civil;
 - g) executar os serviços de contabilidade da Associação;
 - h) delegar atribuições ao Segundo Tesoureiro



Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos

CGC Nº. 78 827 177/000-53

Rua Rui Barbosa, s/nº - S/21 - Anexo a Associação Santa Catarina de Reabilitação
Fone (048) 228-0100 - Cep 88025-301 - Agrônoma - Florianópolis - SC

ART. 21 - Compete ao Segundo Tesoureiro substituir o Primeiro Tesoureiro em seus impedimentos legais e eventuais.

ART. 22 - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) dar pareceres sobre os balanços mensais e anuais;
- b) reunir-se, quando necessário, para analisar e examinar os balanços mensais e anuais;
- c) ao serem constatadas irregularidades no balancete, convocar a Assembléia Geral.

ART. 23 - Os suplentes do Conselho Fiscal assumirão quando da impossibilidade de um dos titulares.

CAPÍTULO V ELEIÇÕES

ART. 24 - As eleições serão realizadas em Assembléia Geral Ordinária a cada 2 (dois) anos, por escrutínio secreto, sendo considerados eleitos os que receberem a maioria dos votos dos eleitores e na qual será lavrada Ata em Livro próprio que será assinado pelos eleitores.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Diretoria eleita toma posse na reunião subsequente à reunião da Assembléia Geral.

ART. 25 - Todo associado pode votar e ser votado, à exceção de quando estiver em atraso com o pagamento de suas taxas ou quando estiver incluído no ART. 7º (sétimo) deste Estatuto.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 26 - Constitui patrimônio da Associação:

- a) as contribuições dos associados;
- b) doações e legados;
- c) os bens e valores adquiridos e as rendas por eles produzidas;
- d) alugueis de imóveis e juros de títulos e depósitos.

ART. 27 - As despesas da Associação ocorrerão pelas seguintes rubricas:

- a) expediente;
- b) representação;
- c) despesas gerais.

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas de representação serão obrigatoriamente aprovadas pela Diretoria.

ART. 28 - Os associados não respondem, pessoal ou solidariamente, pelas obrigações contraídas pela Associação.

ART. 29 - A administração do patrimônio da Associação compete a Diretoria.



Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos

CGC Nº. 78 827 177/000-53

Rua Rui Barbosa, s/nº - S/21 - Anexo a Associação Santa Catarina de Reabilitação
Fone (048) 228-0100 - Cep 88025-301 - Agrônômica - Florianópolis - SC

- ART. 30-** No caso de dissolução, os bens da Associação, depois de pagar as dívidas decorrentes das suas responsabilidades, serão incorporados ao patrimônio de organização congênere ou de assistência social, a critério do órgão que decretar a referida dissolução.
- ART. 31 -** No caso de dissolução da Associação por deliberação da Assembléia Geral, esta só se dará se a mesma for convocada especialmente para esse fim, com a presença de 3/4 (três quartos) dos associados e com 75% (setenta e cinco por cento) de votos dos presentes e seu patrimônio terá o destino que a mesma Assembléia determinar.
- ART. 32-** O presente Estatuto poderá ser reformado desde que a prática indique essa necessidade, devendo essa reforma ser feita por uma Assembléia Geral para esse fim especialmente convocada.
- ART. 33 -** Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria.

ANEXO 3

ESTADO DE SANTA CATARINA

NÚMERO 15.232

o do Estado	01
Poder Legislativo	
Poder Executivo	09
de do Governador	10
de do Vice-Governador	

.....	11
.....	
.....	
.....	
.....	11
.....	
.....	11
.....	
.....	11
.....	
.....	12
.....	24
.....	24
.....	24
.....	33
.....	33
.....	34
.....	34
.....	37
.....	37
.....	37
.....	37

**GOVERNO
DO ESTADO**

899, de 21 de julho de 1995

Disciplina o inciso V, do artigo 21, da Constituição do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a
decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nos concursos públicos para provimento de cargos da Administração Direta e Indireta do Estado de Santa Catarina, serão reservados 10% (dez por cento) das vagas pré-estabelecidas, aos portadores de

Art. 7º Compete ao órgão público receptor de servidor deficiente, nomeado em virtude de concurso público, promover o seu treinamento e adaptação à função e ao local de trabalho, contabilizando-os às suas limitações físicas.

Art. 8º As conclusões constantes de parecer emitido pela Comissão de Assessoramento à seleção para portadores de deficiências não podem, em supremo do estágio probatório regulamentado no capítulo IV, da Lei nº 28 de dezembro de 1985.

Art. 9º As vagas não preenchidas, reservadas aos candidatos, reverterão nas condições normais, aos demais candidatos aprovados, na ordem de classificação.

Art. 10. O Chefe do Poder Executivo editará regulamento à Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 21 de julho de 1995

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

MILTON MARTINI
PAULO ROBERTO ARENHART
HEBE TEREZINHA NOGARA
NERI DOS SANTOS
DEJANDIR DALPASQUALE
FERNANDA MARIA BARRETO BORNHAUSEN SÁ
ADEMAR FREDERICO DUWE
JOÃO BATISTA MATOS
NEUTO FAUSTO DE CONTO
JOSÉ SAMUEL NERCOLINI
RONALD MOURA FIUZA
LÚCIA MARIA STEFANOVICH
JOSÉ AUGUSTO HÜLSE
HENRIQUE DE OLIVEIRA WEBER

XXXX

9.900, de 21 de julho de 1995

Estabelece as diretrizes para os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento para o exercício financeiro de 1996 e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no art. 120, § 3º, da Constituição Estadual, esta Lei estabelece as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 1996, compreendendo:

I - metas e prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício financeiro subsequente;

II - orientações para a elaboração da lei orçamentária

III - participação relativa na receita líquida disponível dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado e da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, para a elaboração das propostas orçamentárias desses órgãos;

IV - disposições relativas às políticas de recursos humanos da Administração Pública Estadual;

V - disposições sobre alterações na legislação tributária do

VI - política de aplicação das instituições financeiras

de fomento.

CAPÍTULO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º A programação contida na lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 1996 deverá ser compatível com as metas e prioridades estabelecidas para os diferentes setores no Plano Plurianual 1996/1999.

Parágrafo único. VETADO

Art. 3º As metas e prioridades da administração pública estadual estão arroladas nos anexos I e II, partes integrantes desta Lei.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 4º Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, as diretrizes gerais para os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento do Estado relativos ao exercício financeiro de 1996.

Art. 5º A elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário deverá fundamentar-se nas seguintes diretrizes gerais:

I - alocação eficiente dos recursos públicos;

II - eficiência na prestação de serviços sob responsabilidade do Estado;

III - aumento da produtividade;

IV - universalidade na prestação de serviços públicos;

V - busca da elevação do padrão de vida da população.

Art. 6º No projeto de lei orçamentária, os valores das receitas e das despesas serão orçados segundo os preços vigentes em junho de 1995.

§1º Os valores das receitas e das despesas referenciados em moeda estrangeira serão orçados segundo a taxa de câmbio vigente no último dia útil do mês de junho de 1995.

§2º Os valores das dotações consignadas na lei orçamentária anual serão atualizados, em 01 de janeiro de 1996, com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, apurada no período compreendido entre 01 de julho e 31 de dezembro de 1995, limitada a atualização monetária ao crescimento positivo da receita líquida disponível no mesmo período.

§3º A partir de 01 de janeiro de 1996, os saldos das dotações consignadas na lei orçamentária anual serão corrigidos monetariamente, mês a mês, com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, apurada no mês anterior, limitada a correção ao crescimento positivo da receita líquida disponível no mesmo período.

Art. 7º Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8º Os projetos em fase de execução, compatíveis com as prioridades estabelecidas nesta Lei, bem como as atividades de manutenção, terão preferência sobre as ações de expansão.

Art. 9º A lei orçamentária para o exercício financeiro de 1996 deverá considerar os efeitos, sobre a receita e a despesa, das medidas de ajuste do Plano Real e das reformas constitucionais previstas, momentaneamente no sistema tributário.

Art. 10. Não serão incluídas quaisquer dotações destinadas à aquisição de mobiliário e equipamento para unidades residenciais de representação funcional, exceto para as ocupadas pelo Governador e pelo Vice-Governador.

DIÁRIO OFICIAL



Diretor-Geral	PREÇO DE PUBLICAÇÕES	PREÇO DE ASSINATURAS	PREÇO DE VENDAS À VULSA
NERY CLITO VIEIRA	EM LAUDA-PADRÃO	(Válido por 06 meses)	
Diretor Administrativo e Financeiro	A PARTIR DE 24/04/95		
LEODI BERNARDINO COVATTI	- Modelo 1 (cm)	- Sem remessa postal R\$ 58,00	- Exemplar R\$ 0,55
Diretor de Planejamento e Coordenação	(balanços, relatórios, demonstrativos, pareceres) R\$ 21,00	- Com remessa postal R\$ 93,00	- Após 30 dias R\$ 0,86
JOSÉ FEMINELLA NETO	- Modelo 2 (cm)		
Diretor Industrial	(atas, avisos, editais) R\$ 7,00	A subscrição de assinaturas deste jornal pode ser feita diretamente na IOESC (sede ou agência) ou através de expediente encaminhando em anexo cheque nominal no valor correspondente ao número de assinaturas desejadas. A subscrição poderá ser feita também nos escritórios regionais da Junta Comercial - JUCESC. A IOESC não possui outros representantes autorizados para este fim.	
AMBROSIO PAZETO	- Extrato de Estatuto (Entidades Sem Fins Lucrativos) (espaço até 10cm) R\$ 30,00		
SEDE: Rua Duque de Caxias, 261 - São dos Limões	As "laudas-padrão" podem ser adquiridas na IOESC (sede ou agência) ao preço de R\$ 0,11 (modelo 1), R\$ 0,08 (modelo 2 - 32cm) e R\$ 0,07 (modelo 2 - 16cm).		
Ca. P. 133 - Tel. (048) 234-0344			
800-5-250 - Florianópolis - SC			
AGÊNCIA: Rua Tenente Silveira, 51 - Bala 4 e 5			
Edifício Hércules - Centro - Tel. (048) 222-0470			
80010-300 - Florianópolis - SC			
CGC 03 931 650-0001-99			

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
COORDENADORIA DE ESTÁGIOS E MONOGRAFIAS

FICHA DE AVALIAÇÃO

1 - PARTE ESCRITA

1.1.- CONTEÚDO

a) Objetivo do Estudo (na área econômica)

Até que ponto a delimitação dos objetivos permitiu que seus propósitos fossem alcançados.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8 9/ 10/ [0,5]

b) Metodologia

A metodologia utilizada foi apropriada para alcançar os objetivos.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8 9/ 10/ [0,5]

c) Corpo do Trabalho

O desenvolvimento teórico, analítico, de resultado e de conclusão foram sistematizados de maneira a possibilitar atingimento dos objetivos. A bibliografia é atualizada.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8 9/ 10/ [0,5]

item 1.1) Média (a + b + c)/3 = _____ x 5,0 (peso) = _____

1.2.- ESTILO E FORMA DE APRESENTAÇÃO

a) A redação foi clara, a linguagem precisa, as idéias foram apresentadas com lógica e continuidade, o uso da terceira pessoa do singular e da voz passiva foram seguidos no texto.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8 9/ 10/ [0,5]

b) As tabelas, quadro, figuras, citações bibliográficas, notas de rodapé, números, abreviaturas, anexos, referências bibliográficas, etc., seguiram as normas técnicas.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10/ [0,5]

item 1.2) Média (a + b)/2 = _____ x 2,0 (peso) = _____

2.- PARTE ORAL

O conteúdo da exposição e da arguição, a postura, a gesticulação, a linguagem, os recursos didáticos e audiovisuais, desenvolvidos ou apresentados durante a defesa oral, foram satisfatórios.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8 9/ 10/ [0,5] x 3,0 (peso) = _____

NOTA FINAL: 1) PARTE ESCRITA item 1.1) = _____

item 1.2) = _____

2) PARTE ORAL = _____

SOMA (Partes 1 + 2) = _____

SOMA/10 (Nota Final) = 8,0 (correto)

Comissão de Avaliação:

1. (Presidente) Prof. Gilberto Montibeller

Ass. [assinatura]

2. (Membro) Prof. HOYEDO NUNES LINS

Ass. [assinatura]

3.) Membro) Prof. Idalberto Milozzi Avelar

Ass. [assinatura]

Nome do Aluno: Vanildo Claudino Rodrigues

Data da Defesa: 01/07/96

Parecer da Banca Examinadora (Críticas, sugestões, considerações finais)
